



## TRIBUNAL FEDERAL DE RECURSOS

### RESOLUÇÃO N. 108 DE 31 DE JANEIRO DE 1958

**O TRIBUNAL FEDERAL DE RECURSOS**, no uso de suas prerrogativas constitucionais, etc.,

“Considerando a necessidade de explicitar normas para a fiel execução de mandados de segurança concedidos por este Tribunal Federal de Recursos, quer os de competência originária, quer os de competência recursal, normas que, como matéria de direito regimental direto ou supletivo fundamental, se inspiram em concepções da antiga Corte Suprema, (1.935), hoje Supremo Tribunal Federal, e as quais, necessariamente, se contêm em preceituações expressas decorrentes da Constituição e das leis, e, sobretudo, na índole do writ, este mesmo Tribunal, por seus Ministros efetivos,

#### RESOLVE:


Art. 1º - Julgado procedente o pedido de mandado de segurança de competência originária do Tribunal Federal de Recursos, o Presidente, depois de publicada a ata dos trabalhos da sessão do julgamento, ou a resenha dos mesmos, caso outra coisa não delibere o Tribunal para afastar de maior, comunicará o resultado apurado à autoridade coatora, que, nos termos de direito, providenciará o cumprimento da decisão comunicada, sem dependência de lavratura do acórdão.

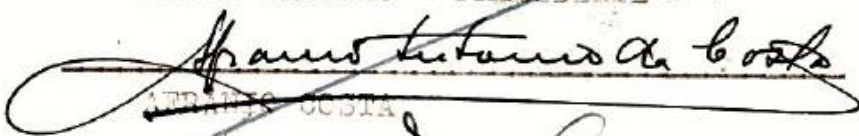
§ - Se a autoridade quer receber a comunicação necessitar de esclarecimento jurídicos de relevância para cumprimento imediato da decisão, deverá solicitá-los no prazo de cinco dias, os quais lhe serão proporcionados pelo Presidente. Ministrados os esclarecimentos solicitados, a autoridade comunicada dará notícia do cumprimento da decisão, ou do que mais se oferecer; se não for reconhecido caso de força maior para o exato cumprimento da mesma decisão, será expedido mandado executório que requeira o interessado, para execução sob penas da lei.

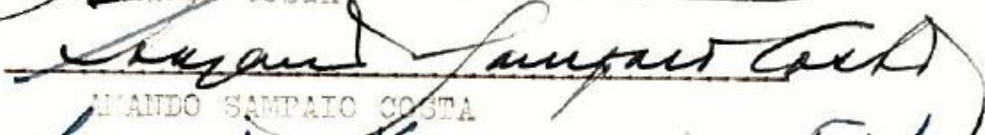
Art. 2º - Nos casos de julgamento de agravo, o Presidente comunicará igualmente o resultado da decisão do Tribunal autoridade coatora, se o resolvido for de concessão do mandado de segurança, quer por confirmação de sentença do juízo da instância inferior, quer por provimento ou não conhecimento do recurso da sentença denegatória do writ. No mais, proceder-se-á como for de direito, caso ainda não tenha sido executado, provisória ou definitivamente, o mandado de segurança concedido.

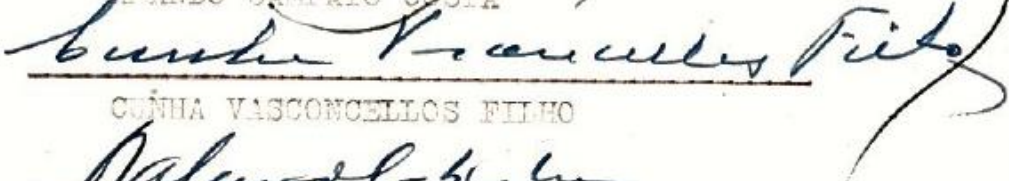
Art. 3º - Esta Resolução entrará em vigor no dia útil imediato ao de sua publicação do Diário de Justiça, aplicando-se também às execuções em curso.

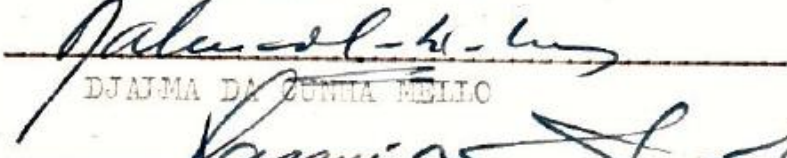
Distrito Federal, 31 de janeiro de 1.958.

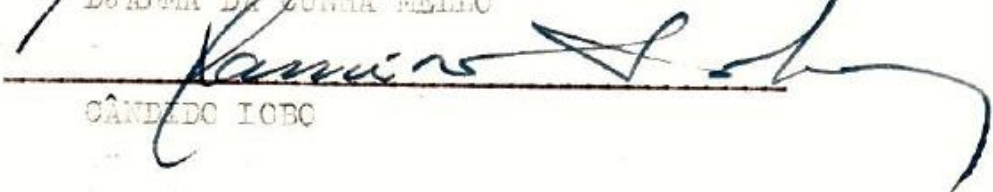
  
ARTUR MARINHO - PRESIDENTE

  
AFONSO COSTA

  
AMÂNDIO SAMPAIO COSTA

  
CUNHA VASCONCELLOS FILHO

  
DJALMA DA CUNHA MELLO

  
CÂNDIDO IÓRIO

(Os Senhores Ministros Caetano Estellita, Henrique d'Ávila e Macedo Ludolf, não compareceram à Sessão de 31-1-1958, os dois últimos por se acharem em gozo de licença e o primeiro por motivo justificado; mas o primeiro aprovava a Resolução em sessão preliminar de debate, no dia 10.1.1958 e o segundo, antes, declarara seu apoio ao que contava com possível deliberação, em princípio, ciente do teor do projeto de resolução).